



RACISMO EDUCACIONAL COMO ESTRATÉGIA DA INFERIORIZAÇÃO: RAÍZES HISTÓRICAS E DANOS À INFÂNCIA QUILOMBOLA

Adelino Soares Santos Machado – UEG

Grupo de Trabalho: GT 6 – Educação em e para os Direitos Humanos

RESUMO:

Abordagem de como o racismo permanece arraigado, inclusive na prática “educativa” contemporânea e funciona como estratégia sutil para reforçar a inferiorização da criança negra, até mesmo em seu território. A constatação tem origem na revisão bibliográfica de algumas obras das referências da tese de doutorado *Alfabetização e/ou iniciação escolar: os direitos humanos da Criança Quilombola Kalunga*, Machado (2025), orientada por Pedro Demo, pesquisa realizada com professoras e professores que atuam em escolas municipais, no território Kalunga de Monte Alegre de Goiás. O objetivo desta exposição escrita em forma de resumo expandido é reiterar o combate ao racismo, propulsor das desigualdades sociais, encontrado explicitamente, ao ouvir profissionais da educação envovidas e praticantes da docência na educação básica no local. A narrativa da persistência desse racismo sustenta-se nas visões críticas de Souza (2021), Theodoro (2022) e no relato de Gomes (2023), sobre as infâncias negras no Brasil. As raízes históricas contextualizadas por Reynolds (2021), mune-nos de argumentos suficientes para compreensão e condenação da prática racista amplamente estabelecida na *sociedade desigual*. O resultado é a confirmação da existência disfarçada e reforçada de práticas de racismo educacional estrategicamente utilizado para aprimorar processos de inferiorização em flagrante violação dos direitos humanos e destruição da infância quilombola.

Palavras-chave: Racismo educacional; infância quilombola; inferiorização; direitos humanos; raízes históricas.

1. INTRODUÇÃO

O presente resumo expandido constitui-se de uma revisão bibliográfica, nutrida de dados qualitativos de entrevistas semiestruturadas realizadas com professora Kalunga. Tem como objetivo denunciar o racismo educacional incrustado na escola, a partir da rememoração de suas raízes históricas e de como ele permanece sutilmente disfarçado violando direitos humanos fundamentais.



A tipificação racismo educacional é aqui posta com a intenção de demonstrar que este fenômeno deve ser combatido principalmente no campo educativo formal, lugar “privilegiado” de relações sociais. Ao revisar estudos sobre a temática percebe-se que historicamente o comportamento de “ver no outro” algo que o torna inferior, teve data e hora para começar. Ao inferiorizar, o inferiorizante procura criar condições para submeter o/a inferiorizado/a. Isso pode ser verificado na prática da escravização, consequência explícita e destrutiva do racismo.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O “racismo educacional” como estratégia da inferiorização insere-se na perspectiva do racismo multidimensional trazido por Souza (2021). Tal perspectiva reforça e atualiza a sociedade desigual denunciada por Theodoro (2022). As raízes históricas deste processo estão arraigadas, inclusive nos meandros das práticas educacionais contemporâneas.

Raízes históricas do racismo Reynolds (2021), são perceptíveis em ação, após evidências empíricas detectar a permanência de atos de inferiorização presentes, ao escutar as professoras no território quilombola Kalunga, Machado (2024). Nisso se percebe a escola, historicamente forjada em racismo e que, ao desenvolver a educação o reproduz, mesmo sendo protagonizada por pessoas diretamente atingidas.

3. METODOLOGIA

Trata-se de revisão bibliográfica produto de leituras do âmbito histórico-crítico e sociológico do racismo, citadas acima. Para construir sua argumentação foi necessário revisar textos que remontam à horrores praticados contra seres humanos, a partir da visão superiorizante ocidental.

Os informes da literatura especializada são atualmente comprovados ao entrevistar de modo semiestruturado, professoras quilombolas Kalunga que atuam neste território. O diálogo com essas “atrizes” educacionais da



alfabetização de crianças em regime multisseriado, gerou cadernos de textos, que materializam as informações analisadas.

4. RESULTADOS/DISCUSSÃO

O combate ao racismo contemporâneo se dá mais fortemente a partir da Conferência de Durban, em que sua prática é tornada crime e ele “assume novas máscaras para continuar vivo fingindo que morreu”, Souza (2021, p. 136). Discute-se aqui como ele continua sendo a principal estratégia do opressor para manter o oprimido inerte, às vezes convencido de sua inferioridade. Sendo assim, o tipo de escola e educação ofertada à população são sutilmente estruturadas para mascarar e garantir esse domínio.

Souza (idem) explica “como o racismo criou o Brasil”, utilizando-se da religião e depois da ciência, de forma que negá-lo seja uma estratégia eficaz de fortalecê-lo. As teorias científicas da modernização e do culturalismo são o pano de fundo dessa discussão, nas quais os Estados Unidos da América edificam sua “indústria cultural” e tornam-se hegemônicos a partir da segunda Guerra Mundial (idem, p. 156).

No âmbito empírico, por meio de análise de falas de professoras entrevistadas, é possível detectar esse racismo e seus danos, quando são fustigadas a reviver seu passado escolar. Dentre essas, Tuanha, vive o dilema de alfabetizar seus parentes em situação desfavorável na ausência de direitos sociais básicos, como alimentação e transporte.

Ao debruçar sob as palavras dessa participante em sua prática permeada de insatisfações, percebe-se mais resistência política do que ação pedagógica. Entre sua prática observada e o que diz em entrevista, transcrito nos “cadernos de textos das entrevistas” – CTE I, há indícios latentes da reprodução do racismo incrustado no sistema de ensino vigente.

Neste contexto, é possível inferir que o racismo aqui discutido engendra dois tipos de brasileiros/as, como a imagem metafórica de duas pirâmides invertidas, uma em relação à outra: 1) nos presídios e favelas, a maioria da população é negra; 2) nos bairros “nobres”, nas universidades e nos cargos executivos remunerados, são minorias ou inexistem. Tem-se então, o retrato da



“sociedade desigual”, em que o racismo e a branquitude predominam, Theodoro (2022).

Interessa também a esta revisão abordar o racismo que sustentou a colonização predatória e de exploração no Brasil. Esse racismo, historiadores o veem surgir com a invasão sorrateira do Norte da África, cidade de Ceuta, dia 21 de agosto de 1415, pela esquadra portuguesa, para roubar suas riquezas. As notícias desse episódio foram dadas pelos próprios invasores. Por isso, deram-lhe o nome de “Conquista de Ceuta”. A partir de então, a nação Portuguesa tornava-se a pioneira em saquear povos africanos.

A investida portuguesa contra territórios na África alimentou “desejos racistas” surgidos na “Europa Ocidental em meados dos anos 1400”, como escreve Reynolds (2021, p. 9). A partir desta data, as ideias racistas viajaram Europa adentro e encontraram eco principalmente em países como Portugal e Espanha. Quinze anos depois, “o príncipe Henrique convenceu seu pai, o rei João de Portugal, a basicamente dar um golpe e tomar conta do principal depósito comercial muçulmano na ponta nordeste do Marrocos” (idem, p. 19).

Após tal assalto a mão armada, aquilo que chamamos hoje de “imprensa”, completou o trabalho de instituir e perpetuar o racismo. O personagem, comparado a certos “jornalistas” que atualmente trabalham para o capital, é “Gomes Eanes Azurara” (1410-1474). Ele escreveu uma crônica intitulada “Crônica da descoberta e conquista da Guiné”, e teve sua obra transformada no que hoje seria um “best seller”. Pago para escrever, ele exaltou sobremaneira o fato de os portugueses escravizarem povos negros (Reynolds, 2021, p. 21).

Zurara “descreveu os africanos como animais selvagens que precisavam ser domesticados”. Essa crônica se tornou “praga” por toda a Europa e mesmo na África, até alguns africanos, como “o intelectual al-Hasan Ibn Muhammad al-Wazzan al-Fasi, teria se convencido de que era inferior”. Por isso, se tornou “Cristão” e foi rebatizado pelo papa Leão X com o nome de Giovanni Leonne (idem, p. 22). O premiado escritor contemporâneo estadunidense Jason Reynolds considera Azurara “o primeiro racista do mundo!”.

Após a tomada de Ceuta, os portugueses seguiram cultivando o racismo e a violência contra a humanidade de seus colonizados. Como hoje, a imprensa



comemorou o feito de no dia 8 de agosto de 1444, Portugal realizar o primeiro leilão de escravizados/as que se tem notícia. Na cidade turística de Lagos, deu-se tal negócio e lá estava Azurara, para registrar e divulgar, Gomes (2019, p. 51-52).

Foram 235 pessoas desumanizadas entre homens, mulheres e crianças. Quatro delas foram escolhidas para servir a Igreja, braço direito do empreendimento português. Os/as demais, apenas um empresário da época arrematou 46 “peças”, como eram discriminados pelo locutor. Como regra básica, as pessoas teriam de ser separadas, marido de mulher, irmãos de irmãos, pai e mãe de seus filhos. A pena de Azurara descreveu, entre outras cenas, suplícios e lágrimas de mães que “apertavam seus filhos nos braços e lançavam-se com eles de braços, recebendo feridas com pouca piedade de suas carnes” (idem, p. 51-53).

Daí em diante, Portugal se tornou o “rei dos mares”, com a sofisticação e investimentos em tecnologias que aumentavam a eficiência dos saques e desumanização. Na época, todas as grandes potências europeias aderiram ao negócio iniciado dos portugueses. Não demorou para que o mundo tornasse destino de pessoas arrancadas do continente africano, como se fossem metais extraídos da terra, para enriquecimento.

Em nosso país, a escravização de povos africanos e indígenas, sua proibição de estudar, de possuir terras, de ganhar salários decentes desde a invasão dos portugueses em 1500, constituiu uma sociedade desigual. No âmbito escolar público, historicamente, ficou nítida a existência de um “apartheid educacional” (Theodoro, 2022 p. 171). O caso registrado da criança, Tuanha, ser preterida pelas demais em sala de aula por ser preta, não é novidade, pois em meados do século XIX, pais e mães tiveram de fazer abaixo-assinado para que um professor negro, Pretextato dos Passos e Silva, abrisse uma escola em sua própria casa e ensinasse as “primeiras letras” às suas crianças,

visto que em algumas escolas ou colégios, os pais das crianças de cor branca não querem que seus filhos ombreiem com os de cor preta, (...); por esta causa os professores repugnam admitir os meninos pretos e alguns destes que admitem, na aula não são bem acolhidos, e por isso não recebem uma ampla instrução, por estarem coagidos (Theodoro, 2022 p. 178).



Este autor trabalha com dados de uma escola contemporânea na Capital Federal, na qual a realidade não é diferente, apenas não está escrita num abaixo-assinado como a que motivou o professor Pretextato. Nesse sentido, pode-se inferir que o apartheid, a que se refere essa realidade, não ficou no passado. A escola que temos, capitalista, interessada, reproduz essa “Sociedade desigual”. Então, trata-se de uma escola, que também reproduz o racismo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O recorte de texto de Theodoro (2022) é a manifestação do professor Pretextato, ao inspetor-geral da instrução primária da Corte, em 1855. Na verdade, trata-se de uma “súplica”, que ele, que se declara preto, faz, ao tentar convencer as autoridades que permitam que ele atenda as famílias e as crianças negras brasileiras a ter seu direito escolar mínimo garantido. É difícil escrever este fato histórico! Mas, mais difícil ainda é constatar que ele ainda está presente a essa altura do século XXI.

Veja-se que havia, naquele contexto, um pacto entre pais, professores, possivelmente brancos, ou a serviço deles, que “repugnavam” em aceitar as crianças filhas das famílias “de cor”, ou pessoas negras, ou ainda pessoas escravizadas. Para atenuar os danos à cidadania das crianças, não restou alternativa ao professor, se não suplicar a instância “superior” da época. Isso confirma o que podemos chamar de “interdição cognitiva” da criança negra brasileira, estratégia para evitar a ascensão social delas.

REFERÊNCIAS

GOMES, Nilma Lino; ARAÚJO, Marlene de (orgs). **Infâncias negras**: vivências e lutas por uma vida justa. - Petrópolis RJ: Vozes, 2023.

MACHADO, Adelino Soares Santos. **Alfabetização e/ou iniciação escolar**: os direitos humanos da Criança Quilombola Kalunga (tese de doutorado, orientada por Pedro Demo). Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/53912>

MACHADO, Adelino Soares Santos. **Cadernos de textos de entrevistas** (volume I); compilado de textos transcritos de entrevista de professoras(es) Kalunga. Campos Belos – Goiás, 2024.



REYNOLDS, Jason; KENDI, Ibraim X. **Racismo, antirracismo e vocês.** - Tradução de Cecília Floresta. - 1ª Ed. - Rio de Janeiro: Gelara Record, 2021.

SOUZA, Jessé. **Como o racismo criou o Brasil.** 1ª Ed. - Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2021.

THEODORO, Mário. **A sociedade desigual:** racismo e branquitude na formação do Brasil. - 1ª Ed. - Rio de Janeiro: Zahar, 2022.